

(Re) Pensando o Conceito do Rural

Karina Furini da Ponte

Mestranda em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

Correio eletrônico: karinaponte211@hotmail.com

Resumo: Diante das transformações dos espaços e, nesse caso, do rural, torna-se necessário um (re) pensar de seu conceito, de uma forma que possa apreender e entender suas mudanças sem denominá-lo de urbanizado. Nesse sentido, compreende-se como um território que se alterou com a inserção ou fortalecimento de certas características até então não existentes, ou não tão evidentes, para se adaptar ao novo momento conjuntural e estrutural posto pelo sistema a fim de poder sobreviver diante dessa lógica.

Desse modo, pretende-se analisar as diferentes formas até então vigentes de definições do rural (a partir de critérios: político-administrativo, econômico/setorial e quantitativo), buscando entender suas contribuições e limitações para se entender o rural de hoje.

Com isso, possibilitará lançar questões que permitirão identificar o rural não a partir de características, mas de relações que a população estabelece com a terra, sendo esta seu elemento definidor.

Palavras-chave: “Urbanização do campo”, Conceito, Rural, Relações, Terra

(Re) Considering Concepts of the Rural

Abstract: In the context of contemporary spatial transformations, especially in the relationship between urban and rural spaces, it is useful to reflect on traditional concepts in a way that will permit us to understand change without obliterating -- “urbanizing” – ideas that capture the distinctiveness of the rural. While recent capitalist developments have altered rural space, it is also true that much rural territory has adapted to survive the logic of the market.

This study analyzes different terms used to define and understand the rural in the context of changing times. It examines conventional concepts linked to statistical, administrative, political, economic, and sectoral criteria in order to evaluate their utility in comprehending rural space in the current conjuncture.

The analysis raises some questions about defining the rural by spatial characteristics rather than by relationships. It advances the proposition that the relationship between people and land is more important in identifying rural space.

Key words: “Field urbanization”, Concepts, Rural, Relationships, Land

Introdução

Com as mudanças dos territórios rurais torna-se necessária uma análise de sua atual configuração, de modo que proporcione um entendimento mais claro e que corresponda a esse contexto metamorfoseado.

Revista NERA	Pres. Prudente	Ano 7, n. 4	p. 20-28	jan./jul. 2004
--------------	----------------	-------------	----------	----------------

A partir destas transformações do campo dificultou-se uma definição precisa sobre ele, o que foi acentuado pelo método de análise da “urbanização do campo”. Para essa perspectiva todo o rural está assumindo feições urbanas, o que tende ao desaparecimento de tal território pela homogeneização aos moldes urbanos.

Acredita-se que os espaços são dinâmicos, alterando-se a todo instante devido tanto à própria conjuntura do sistema como por influências locais. Mas, parte-se do pressuposto de que suas mudanças ocorrem para se adaptar ao novo contexto de uma forma que permita sua manutenção, recriação e sobrevivência. Deste modo, tanto o território rural como o urbano se modificaram a fim de permanecer enquanto tal.

Neste contexto de mudança é que se torna necessária uma revisão conceitual a fim de apreender este novo território para compreender sua atual configuração sem denominá-lo de urbanizado. Entender o rural possibilita ressaltar sua importância para o conjunto da sociedade e não apenas como um território residual e, além disso, poder lançar alternativas de propostas para um desenvolvimento rural de acordo com estas novas realidades, de modo que permita um desenvolvimento e um progresso não a partir da inserção de características, mas da melhor utilização destas.

1.1) Rural: um território em transformação.

Ao nos propormos analisar o conceito do rural, torna-se necessário recorrer ao processo histórico que engendra as diferentes realidades, uma vez que pela própria dinamicidade do processo têm-se contextos heterogêneos para cada período, o que leva a uma configuração específica para tais territórios, repercutindo em diferentes conceitos.

Em cada momento histórico, o rural apresenta diferentes conceituações e mesmo dentro de cada período, há vários tipos de realidades rurais, pois além de dependerem das transformações globais, dependem também de fatores locais, o que os obriga a se adaptarem a certos fatores para sobreviverem.

Até o século XVIII, o rural apresentava-se como um território de importância primária para o conjunto da sociedade, tendo uma maior concentração populacional, se comparado ao meio urbano, e representando uma significativa contribuição para a economia em termos produtivos.

A partir desse período, segundo Pérez (2001), inicia-se um processo de transformação da sociedade, **na qual a idéia de progresso surge** como o caminho a ser trilhado pela humanidade a fim de avançar do passado para um futuro, ou seja, passando do atrasado para o moderno, do rural para o urbano, da agricultura para a indústria.

Essa passagem culminou com a Revolução Industrial no fim do século XVIII, a qual alterou as estruturas econômicas, políticas e sociais daquela época, que passaram a dar maior ênfase à indústria. Com isso, houve um *boom* nos setores industriais que tiveram um crescimento tanto da produção, quanto da absorção no número de empregos, fazendo com que esses setores passassem a garantir a maior contribuição no PIB nacional.

Neste sentido, a agricultura e o rural perderam espaço diminuindo sua importância para a economia, pois já não mais proporcionavam a rentabilidade semelhante aos setores industriais e urbanos. Passaram assim, a considerar o rural como espaço periférico, atrasado e residual; já o urbano, no qual se encontravam as indústrias, como o moderno e o progresso. (PÉREZ, 2001)

Portanto, a partir do século XVIII, o rural e o urbano são apresentados com uma perspectiva dicotômica, como sendo pólos opostos, separados e com características antônimas.

Tal visão associa o rural ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infra-estrutura. Já, o urbano, apresenta um significado de progresso, desenvolvimento, modernidade, dinamicidade, concentração de serviços, infra-estruturas, comércio, indústria; ou seja, elementos representativos do desenvolvimento.

Apesar de passados três séculos, tem-se ainda o predomínio dessa visão dicotômica de ambos os espaços, o que se pode evidenciar, segundo Solares (1998), a abrangência não só no meio acadêmico, mas também, e principalmente, no senso comum das pessoas que vêem sempre o rural como o atrasado e o urbano como moderno e desenvolvido.

Tal perspectiva vem sendo acentuada pelo processo denominado de “urbanização do campo”, pois se não considera o rural como atrasado para que urbanizá-lo?

Esse método de análise afirma que as transformações no campo ocorrem no sentido de retirar seu atraso, uma vez que o rural apresenta técnicas precárias de produção e modos de vida não compatíveis com o nível de exigência do sistema de mercado.

Desse modo, aplicar tais elementos ao rural seria levá-lo ao progresso, mas o que se observa é o contrário, pois é uma forma de transformar um território, cujas características peculiares não proporcionam o desenvolvimento, com isso, adaptam-se às formas exigidas pelo capital, segundo sua visão, e ainda, amenizam os problemas desse, como o desemprego e a falta de políticas públicas para o setor agropecuário.

A perspectiva da “urbanização do campo” apresenta uma visão de que só as cidades e as características urbanas representam os elementos que levam ao desenvolvimento e ao progresso. Com isso, deve-se adaptar o rural (território de pouca importância para a sociedade) com essas características, pois não segue sua lógica.

Não se quer aqui menosprezar ou ressaltar a relevância dos espaços, mas lançar indagações e questionamentos que permitam entender a importância destas diferenças, na qual também o rural possui peculiaridades consideráveis para o desenvolvimento da sociedade, e não apenas o urbano, como mostra a visão predominante.

Ao considerar o desenvolvimento histórico, tem-se atualmente um período marcado por transformações nos espaços, o que no rural, vem representar a inserção ou fortalecimento de certas características e uma maior articulação com o urbano.

Dentre estas novas características no campo, há o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e a pluriatividade da população rural, o que na verdade não tem nada de novo; a mecanização e industrialização do processo produtivo agropecuário; o rural como local de moradia e lazer; a instalação de infra-estrutura social como energia elétrica, abastecimento de água, educação, saúde.

É necessário entender que tais características não correspondem a todos os espaços no Brasil, restringem-se apenas a algumas localidades, mas vêm resultando em muitos questionamentos e tomando uma abrangência, que diante da atual situação posta para o campo, pode-se pensar até que ponto irá assumir uma importância generalizada.

É a partir dessas características mencionadas que surgem muitos questionamentos em torno do processo evidenciado no rural, pois, ou ele está se urbanizando, aderindo feições urbanas (o que leva a uma homogeneização dos espaços até sua eliminação) ou é uma forma de se adaptar ao novo momento conjuntural e estrutural da sociedade para que possa se manter e recriar (enquanto espaço singularmente rural) buscando uma alternativa na forma de sobrevivência.

Considera-se a última perspectiva a mais aceitável, pois se os territórios rurais não aderirem ao novo sistema, poderão ficar ainda mais marginalizados do processo, frente a falta de políticas públicas para os setores agropecuários.

Então, entender o rural como uma categoria histórica que se transforma diante dos diferentes momentos requer também uma revisão conceitual destas realidades, pois essas, conseqüentemente, tendem a se alterar.

Com as mudanças das características do rural faz-se necessária uma análise para entender como se configura tal realidade atualmente, pois como já foi mencionado, a visão do urbano e rural ainda permanece dicotômica e em alguns casos não acompanhou este processo de mudança, o que se pode evidenciar em suas diferentes conceituações que perdem a dinamicidade e peculiaridade de tal território, o que leva a denominações que não conseguem apreender a totalidade de suas relações.

Neste sentido, considera-se relevante uma análise para entender o que é o rural hoje, possibilitando assim compreender suas mudanças sem desconsiderá-lo como território

rural, ou que este vem se urbanizando de tal modo que ocorrerá sua homogeneização aos modelos urbanos, levando ao seu fim. Há a constituição de novas ruralidades e não sua urbanização.

Nesta nova fase, marcada pelo processo de globalização, transformações pós-fordistas das relações de produção e precarização das relações de trabalho, não vêm afirmar o fim do campo, mas sim novas relações que estão sendo estabelecidas de modo que o urbano e o rural possuem necessidades que ambos poderão suprir.

Nesse sentido, Wanderley (2001b) oferece importantes contribuições ao analisar o rural como um espaço que apresenta particularidades históricas, sociais, econômicas e culturais que proporcionam sua integração ao resto do território. Mas estas relações não anulam suas especificidades, ao contrário, fazem com que ocorra esta integração e cooperação. Com isso, o rural se torna um local específico e diferenciado das outras realidades.

Estas diferenças permitem uma integração dos espaços. Mas acredita-se que apesar da dominação das cidades sobre o campo, esse não tende a desaparecer, pois ao mesmo tempo em que se interagem, mantém suas particularidades para que possam permanecer nesta relação, desse modo, criando também as tensões e conflitos entre os espaços, estabelecendo uma dialética entre eles.

A importância de compreender o rural hoje surge da necessidade de um repensar das políticas públicas para o campo, de modo que entendê-lo proporcionará meios para lançar sugestões de propostas de políticas de desenvolvimento rural que contemplem tais peculiaridades e singularidades dele.

Autores como Abramovay (2000) e Pérez (2001) ressaltam o caráter territorial no qual o rural deve ser analisado, pois esse vem passando por transformações tanto internas como externas, estabelecendo novos tipos de articulações e configurando novos territórios.

Ao tomar como parâmetro o território para uma análise do significado do rural, está-se entendendo não apenas como uma base física na qual ocorrem as relações e ações sociais, econômicas e políticas, mas como um espaço que é o resultado destas diferentes tramas. Deste modo, cada realidade vai apresentar configurações espaciais que demonstrarão os tipos de relações estabelecidas.

Com isso, o território é algo construído historicamente pela sociedade. Sendo assim, representa suas relações tanto internas como externas, o que demonstra a maior ligação com o meio urbano. Portanto, torna-se necessário pensar propostas que buscam melhorias tanto para o rural quanto para o urbano, a partir das características das relações existentes entre esses espaços.

Segundo Pérez (2001, p.17), tais propostas de desenvolvimento rural compreendem “un proceso de mejora del nivel del bienestar de la población rural y de la contribución que el medio rural hace de forma más general al bienestar de la población en su conjunto, ya sea urbana o rural, con su base de recursos naturales”.

Nesse sentido, as propostas de desenvolvimento têm como base as peculiaridades do rural e sua articulação tanto entre si, como com outros territórios.

Observa-se ainda a relevância de se pensar em políticas próprias para as especificidades do rural, pois muitas medidas para o campo são derivadas da visão do urbano, o que não contempla a realidade do rural. Sendo assim, estão fadadas ao fracasso, na medida em que impõem alternativas, que neste contexto, não conseguem responder a tais objetivos.

As políticas que levam em consideração tais especificidades contribuirão para um melhor resultado, que é o de propiciar uma melhora no nível de vida tanto da população rural, quanto da urbana, uma vez que são territórios que se relacionam.

Quando se trata de políticas de desenvolvimento rural, não se pressupõe apenas o campo, mas também algumas cidades nas quais suas relações são basicamente típicas do rural. Sendo assim, não é porque determinadas cidades são consideradas urbanas é que são necessárias políticas urbanas. Devem-se privilegiar suas relações e características.

Por isso é que há muitas políticas de desenvolvimento que não surtem resultados, pois apresentam propostas que não correspondem às peculiaridades dos locais.

A partir da tabela 1, visualizam-se as dimensões populacionais por municípios no Brasil, o que se pode entender o predomínio da ruralidade brasileira. Com isso, tem-se que a maior parte de seus municípios são de reduzidos tamanhos populacionais, o que representa uma ampliação do grau de ruralidade das cidades brasileiras, pois apesar de serem consideradas como tal, pelo fato da necessidade política-administrativa, apresentam relações tipicamente rurais.

Com relação ao grau de ruralidade, Veiga (2002) ressalta que as cidades de pequeno (até 50 mil habitantes) e médio porte (de 50 a 100 mil habitantes), apresentam uma economia alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Portanto, são municípios rurais, ou seja, apesar da denominação de cidades, são rurais pelas relações que estabelecem com a terra.

Por outro lado, Wanderley (2001c, p. 04) considera os municípios com população total inferior a 20.000 habitantes como cidades que “pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana”, pois apresentam relações, tanto no campo como na cidade, estritamente ligadas à terra.

Tabela 1: Números de municípios no Brasil, por tamanho da população.

tamanho da população	nº de municípios
até 2.000	105
2.001-5.000	1.225
5.001-10.000	1.312
10.001-20.000	1.382
20.001-50.000	958
50.001-100.000	301
100.001-500.000	193
mais de 500.000	31
TOTAL	5507

Fonte: IBGE- Censo Demográfico Brasil- 2000

Org.: Ponte, Karina Furini da

Estabelecer um critério, por tamanho populacional, para definir o grau de ruralidade dos municípios se torna complicado, uma vez que o Brasil é composto por realidades distintas ao longo de seu território. Mas, concorda-se que muitos de seus municípios, principalmente os de pequeno porte, apesar de serem classificados como cidades, apresentam relações nas quais a terra é a condicionante principal. Nesse sentido, tais políticas de desenvolvimento devem estar alicerçadas nesses princípios, caso contrário não conseguirão atingir seus objetivos.

1.2) Considerações sobre algumas definições do rural.

Diante de toda esta transformação do campo, torna-se necessário realizar uma análise para compreender como se configura o rural atualmente. Para isso, iniciou-se com as diferentes abordagens vigentes até então procurando entender suas contribuições e limitações para uma compreensão da definição desse novo território rural.

Uma das abordagens restringe-se à perspectiva político-administrativa assumida pelas cidades. Nesse contexto, tem-se a definição estabelecida pelo IBGE (1996, p.09) como

na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A

situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

A definição do IBGE privilegia o caráter administrativo assumido pelas cidades. Com isso, são estabelecidas sedes municipais para regular e ordenar determinada região, independente do número de habitantes, de seus aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos.

Outro elemento que se pode entender nessa análise do rural e do urbano para o IBGE é que ele considera como pólo principal o urbano. Sendo assim, definido esse espaço, o restante é rural, ou seja, o secundário.

Segundo Siqueira (2001), as definições de rural tanto do IBGE, como dos PNADs e dos Censos em geral, derivam do Plano Diretor de cada município, o que por sua vez, é elaborado por técnicos, mas são submetidos à aprovação nas câmaras municipais, ou seja, são critérios políticos que vão definir o que é rural. Desse modo, esses têm como base a tradição e representação que o poder público tem do rural, e não os critérios estabelecidos cientificamente, derivados de estudos, que permitem apreender o verdadeiro contexto que envolve cada território.

Outro sentido assumido por tais definições refere-se às questões econômicas, pois os impostos urbanos têm como destino as prefeituras municipais; já os rurais vão para o governo federal. É a partir dessa realidade que há uma necessidade da ampliação da área urbana pelos municípios, pois nesse caso, sua arrecadação orçamentária tende a aumentar.

Na necessidade de viabilizar conceituações administrativas e políticas que permitam a regulação dos territórios, perde-se a dinamicidade e a peculiaridade desses.

Portanto, segundo Abramovay (2000), no Brasil e em muitos países como no Equador, na Guatemala, em El Salvador e na República Dominicana, muitas cidades nas quais a economia e a vida social giram em torno de aspectos rurais, são consideradas urbanas pelo simples fato de possuírem um aparato administrativo que é necessário para a regulação das regiões.

Essa definição permite entender que no Brasil, é urbano quem mora nas sedes dos municípios, independente do tamanho desses e das profissões desempenhadas. Sendo assim, um agricultor que tem como base econômica, social e cultural o campo, mas que vive nas cidades, é considerado urbano.

Outro critério corresponde ao aspecto econômico/setorial, ou seja, está associado ao tipo de ocupação da população. Deste modo, são rurais as localidades que apresentam uma determinada proporção de mão-de-obra empregada na agricultura como em Israel e no Chile (ABRAMOVAY, 2000).

É arbitrário estabelecer uma definição do rural a partir de uma perspectiva de atividades da população, pois se verifica nestas últimas décadas um crescimento no número de ocupações rurais não-agrícolas no campo. Sendo assim, assumir que são rurais apenas os espaços nos quais se praticam atividades ligadas à agropecuária é afirmar a "urbanização do campo", pois estas ocupações não seriam típicas do rural.

Vale ressaltar ainda a definição da FAO/DAS (1998) apud Abramovay (2000, p.06), na qual afirma que

ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas.

Não se pode mais entender o rural e o urbano a partir de uma perspectiva de divisão social e espacial do trabalho em que as cidades são reconhecidas pela indústria e o campo pela agricultura, o que não é verdadeiro, pois está havendo uma mudança das relações de produção e trabalho em ambos os territórios. Tem-se um rural não mais atrelado essencialmente à produção agropecuária, mas sim, à outras atividades industriais e de serviços.

Por fim, há os critérios quantitativos na delimitação dos territórios rurais, privilegiando o tamanho populacional para tal definição. Desse modo, em Portugal, na Espanha, na Itália e na Grécia são rurais os locais com menos de 10 mil habitantes, e há também outros países latino-americanos como: Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá que adotam um limite populacional que varia entre 1.000 e 2.500 habitantes para a definição de rural.(ABRAMOVAY, 2000)

Nessa perspectiva tem-se também o trabalho de Veiga (2002) que acrescenta ainda os critérios de densidade populacional e localização.

Mesmo considerando limitada essa visão, pois não leva em consideração as situações geográficas, econômicas, sociais e culturais de cada localidade, apenas fatores numéricos, não se pode deixar de avaliar sua contribuição. A variável quantitativa tem sua relevância para diferenciar o campo da cidade. O rural, geralmente, apresenta um grau reduzido de população e pouca influência antrópica em seu meio; já o urbano, tem uma maior concentração de pessoas com ambientes mais artificializados.

Para entendermos o território rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas inter-relações com o urbano, com o resto do território e suas relações estabelecidas internamente.

Portanto, denota-se que os critérios de delimitação do rural apresentam limitações que muitas vezes não permitem compreender que território é esse, relegando-o meramente a resíduos ou localidades com importância secundária.

Neste sentido, há grandes contribuições do meio acadêmico que propõem reflexões sugerindo métodos de análises que possibilitam apreender os territórios rurais a partir de suas características peculiares, principalmente no que se refere às suas atuais transformações.

Com isso, há teóricos como Abramovay (2000), Wanderley (2001a,b, c) e Alentejano (1998) que apresentam métodos mais qualitativos, pois em suas análises dão ênfase às relações que se estabelecem com a terra como ponto principal na delimitação do rural, o que ao nosso ver, permite uma maior compreensão de tal contexto.

Na compreensão do rural, há de se considerar a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor.

Para as relações sociais, há o predomínio de dimensões simbólicas e culturais com a terra caracterizando um sentido de coletividade e cooperação, apesar de que se pode encontrar em muitas realidades rurais um enfraquecimento dos laços sociais, debilitando suas solidariedades coletivas devido à própria competitividade econômica colocada pelo mercado. Mas o sentido de pertencimento ao local permanece, construindo referências identitárias que fazem com que seja possível estabelecer relações políticas a partir das lutas e reivindicações não só por terra, mas por condições econômicas, políticas e sociais mais dignas no campo, tanto para a população que já se encontra na terra, como para aquelas desterritorializadas que buscam sua reterritorialização.

É necessário entender que estas reivindicações ocorrem para que se criem condições de reprodução e manutenção enquanto população rural e no espaço rural.

Nessa perspectiva, Wanderley (2001a) analisa o rural como a constituição de um local de vida, com particularidades de modo de vida e referências identitárias, fazendo com que se construa um sentimento do local.

Esta dimensão política deriva-se da própria contradição colocada pelo capital, pois ao mesmo tempo em que geram condições que favorecem sua lógica, criam também outras contrárias a estas imposições.

Nesse sentido, Wanderley (2001a) oferece importante contribuição ao analisar o rural de forma dinâmica e contraditória, pois ao mesmo tempo em que ocorre a integração com as cidades, ocorrem também as lutas para manter suas particularidades que o urbano tenta aniquilar. Desse modo, as diferenças entre rural e urbano criam simultaneamente identificações e reivindicações, constituindo o rural como um ator coletivo do processo.

Segundo Wanderley (2001a, p.25)

a definição do rural é uma dialética: grupos e instituições o definem atribuindo sentido a estas diferenças e sua ação-notadamente política-afeta estas diferenças, cria e revela outras, às quais são atribuídos novos sentidos.

Com isso, tem-se que o rural apresenta também uma dimensão política de luta e reivindicação que vem crescendo nos últimos tempos como forma de conseguir seus direitos enquanto cidadão rural.

É necessário entender que estas reivindicações ocorrem para que se criem condições de reprodução e manutenção enquanto população rural e no espaço rural.

Nas relações econômicas, o rural não está mais atrelado exclusivamente às atividades agropecuárias, mas ao uso da terra para outras atividades como prestação de serviços, local de moradia e ocupações não-agrícolas, apesar de considerar que essas “novas” atividades não configuram toda a realidade do campo brasileiro. Porém, há uma ampliação dessas características, fazendo com que o rural não mas identificado apenas com as ocupações agrícolas.

Sendo assim, o rural deve ser entendido como um território criado pelas relações econômicas, sociais e políticas que a população do campo estabelece com a terra.

Portanto, considera-se que ao mesmo tempo em que os dados quantitativos apresentam contribuições para se compreender o rural, a ênfase maior se dá para as relações estabelecidas no campo. Essas permitem uma análise qualitativa sobre a realidade, representando variáveis relevantes que permitem entender toda a dinâmica e a peculiaridade desses territórios.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pud/td/autor005.html>>. Acesso em: 17 nov. 2002

ALENTEJANO, Paulo C. R. Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. Dissertação de Mestrado; CPD/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Censo Demográfico-Brasil: 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. Censo Demográfico-Brasil: 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

PÉREZ, Edelmira C. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/ Clacso,, p.17-30, 2001.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRI, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p.66-79, 2001.

SOLARES, C. J. Lo rural y lo urbano: una reflexión em torno a su definición. In: Avances de investigacion. Universidad Autónoma de Chapingo. Sociologia Rural, nº1, p. 5-28.Chapingo, p. 5-28, 1998.

VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. texto inédito, 2001a.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina?. Buenos Aires:Asdi/Clacso, p. 89-112, 2001b.

_____. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília: NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), 2001c. Disponível em : <http://www.nead.org.br/artigoddomes/index.php>>. Acesso em: 17 nov.2002.